

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O ATENDIMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES PELO JUDICIÁRIO E ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: estudo a partir das dissertações dos PPG da Amazônia

Francielma Lopes Nogueira
Christiane Pimentel e Silva

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica de literatura sobre o atendimento da violência doméstica e familiar contra as mulheres e a atuação do serviço social no âmbito do poder judiciário. O levantamento bibliográfico compreendeu as 244 dissertações defendidas entre os anos de 2017 a 2021 nos Programas de Pós-graduação da área de avaliação do Serviço Social, nos estados que compõem a Amazônia legal. As dissertações tratam dos diversos desafios e obstáculos para a garantia da segurança e proteção das mulheres em situação de violência e também das principais demandas, instrumentos e técnicas de trabalho utilizados por assistentes sociais na área sociojurídica.

Palavras-chave: Gênero. Violência doméstica e familiar contra as mulheres. Poder judiciário. Atuação profissional de assistentes sociais.

ABSTRACT

The present paper is a bibliographic literature review on the assistance of domestic and family violence against women and the performance of social service within the judiciary. The bibliographical survey comprised the 244 dissertations defended between the years 2017 and 2021 in the Graduate Programs of Social Service assessment area, in the states that compose the legal Amazon. The dissertations address the various challenges and obstacles to ensure the safety and protection of women in situations of violence and also the main demands, instruments, and work techniques used by social workers in the socio-legal area.

Keywords: Gender. Family and domestic violence against women. The Judiciary. Professional practice by social workers.

1 INTRODUÇÃO

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

No contexto internacional e nacional, a violência doméstica e familiar contra as mulheres é uma grave manifestação da questão social, que afeta de forma recorrente mulheres em todas as fases de sua vida e que também se agrava, de acordo com Davis (2016), com as intersecções de raça/etnia e classe (e poderíamos também acrescentar a orientação sexual), construídas na sociedade, através da dominação, opressão e subordinação que atinge a integridade física e mental de mulheres, colocando-as expostas a todo tipo de violações de seus direitos, perpetrados por homens, podendo ser companheiro ou que tenha qualquer outro tipo de vínculo com a vítima. Essa problemática é complexa e multifacetada e se manifesta como violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006).

No Brasil, segundo Carvalho (2018) o país ocupa a 5ª (quinta) posição no *ranking* internacional, relacionado a taxa de feminicídio, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), tal indicador demonstra que mesmo com o protagonismo do movimento feminista e a vigência da Lei Maria da Penha, bem como os serviços especializados de atendimento à mulheres como Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), Defensorias, Promotorias e Juizados Públicos Especializados e Centros Especializados de Atendimento à mulher, Serviços de Acolhimento e Abrigamento, que objetivam punir e coibir práticas de violência doméstica contra as mulheres, pouco se tem avançado para redução ou mitigação de registros de casos, fora os que não são notificados ou subnotificados.

Assistentes sociais que atuam tanto nos serviços especializados quanto nos serviços não especializados de atendimento às mulheres (hospitais gerais, serviços de atenção básica, programa saúde da família, delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, Centros de Referência de Assistência Social/CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social/CREAS), portanto, conhecer estudos sobre a temática na área do Serviço Social permite se aproximar das

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

dimensões da atuação profissional e dos principais desafios que envolvem o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

O presente trabalho é parte de uma pesquisa bibliográfica¹, uma revisão da literatura que teve como foco dissertações elaboradas no recorte temporal de 2017 a 2021, em Programas de Pós-graduação (PPG) da área de avaliação de Serviço Social, em 5 (cinco) programas da Amazônia Legal. Os PPG são vinculados às universidades: Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Universidade Federal de Mato Grosso; Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Para a análise das dissertações utilizou-se o materialismo histórico dialético que permite compreender a violência contra as mulheres como um processo social e histórico relacionado às dinâmicas de poder, dominação e opressão na sociedade de classes, que se expressam na estrutura da família, no trabalho, na propriedade privada e na divisão sexual do trabalho.

2 ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA ÁREA SOCIOJURÍDICA

Foram encontradas 244 dissertações no período de 2017 a 2021: sendo 63 da UFAM; 58 da UFMA; 52 da UFMT; 62 da UFPA e 9 da UFT. Após o levantamento inicial, os resumos foram lidos para incluir os trabalhos que tratavam da temática violência doméstica e familiar contra as mulheres, sendo encontradas 17 dissertações distribuídas pelos PPG: 2 da UFAM; 8 da UFMA; 3 da UFPA e 4 da UFMT.

Os espaços sócio-ocupacionais dos estudos foram: 1 Ministério Público; 1 Defensoria Pública; 7 Poder Judiciário; 1 Execução de medidas socioeducativas; 5 Execução penal e sistema prisional e 2 Serviço de Acolhimento Institucional/Familiar.

Na última fase de seleção das dissertações, tratou-se de delimitar pelo o espaço sócio-ocupacional, de nosso interesse de pesquisa, à área sociojurídica, restringindo-se para 6 dissertações que vinculavam as duas inclusões: temática violência doméstica e familiar contra as mulheres e a área sociojurídica.

¹ A presente pesquisa foi desenvolvida a partir do plano de trabalho: “o trabalho profissional do Assistente Social na área sociojurídica: estudo das dissertações de PPGSS da Amazônia” com ênfase a violência contra a mulher,, parte integrante de um projeto maior intitulado “Tendências e particularidades na produção do conhecimento em Serviço social: estudo sobre os PPGSS da Amazônia”.

PROMOÇÃO



APOIO

Entre as 6 (seis) dissertações estudadas, 4 correspondem ao trato sobre a violência doméstica e 2 sobre a atuação do Assistente Social na área sociojurídica, com ênfase ao Poder Judiciário, conforme o quadro 1.

Quadro 1 - Dissertações selecionadas para análise.

Nº	Ano	PPG	Autoria	Título
1	2017	PPGSS /UFPA	Maria Zenilda Lira do Rêgo	Retratos da violência doméstica e familiar contra a mulher a partir dos processos atendidos pelo serviço social das varas de família, no período de 2011 a 2015, no tribunal de justiça do Estado do Maranhão - Comarca de Imperatriz
2	2018	PPGSS /UFAM	Ana Paula Ferreira Carvalho	A insustentável leveza da pena: viver/morrer das mulheres nas relações familiares à luz das práticas jurídicas do estado do Amazonas
3	2018	PPGSS /UFPA	Edevaldo da Luz Azevedo	A intervenção profissional do/a assistente social nas demandas sociojurídicas da Comarca de Marabá-PA
4	2019	PPGPP /UFMA	Gabriela Serra Pinto de Alencar	O poder judiciário e a efetividade da lei maria da penha: análise da atuação do tribunal de justiça do estado do maranhão nos processos de violência psicológica contra as mulheres durante o período de 2006 a 2017
5	2019	PPGPP /UFMA	Luanne Silva Reis	Verso e reverso das medidas protetivas de urgência: atuação da vara especial de violência doméstica e familiar contra mulher na Comarca de São Luís/MA, à luz da Lei Maria da Penha
6	2021	PPGSS /UFAM	Lana Azevedo Cardoso	O trabalho profissional no poder judiciário: um estudo sobre a instrumentalidade no trabalho do assistente social no TJ/AM

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa, 2023.

Os principais resultados da revisão de literatura foram: a) relação entre discursos moralizantes e dificuldades na aplicabilidade da Lei Maria da Penha na área sociojurídica; e b) a atuação do Assistente Social no Poder Judiciário.

2.1 Relação entre os discursos moralizantes e dificuldades na aplicabilidade da Lei Maria da Penha no contexto jurídico

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



As autoras e autores das dissertações selecionadas (CARVALHO, 2018; REIS, 2019) que a violência doméstica e familiar é marcada historicamente por relações de hierarquia, dominação, poder, desigualdade entre homem e mulher ou entre os sexos com a superioridade masculina. As relações familiares não apenas são pautadas em laços afetivos ou fraternos, pois o espaço doméstico também pode se configurar como lugar de vulnerabilidades para mulheres, crianças e adolescentes, quando permanecem em constante convívio com os perpetradores de violência, além de fomentar a histórica produção e reprodução da subordinação, dominação e opressão da mulher.

Apesar dessa compreensão, constatou-se nos estudos que a mulher pode ser estigmatizada com desdobramento das opressões para o espaço público, alcançando as instituições operadoras do direito, que deveriam defender a integridade física, psicológica, sexual, moral e patrimonial das mulheres, que reproduzem discursos que vão de contra a defesa dos direitos das mesmas. Este aspecto, reflete negativamente sobre casos de violência que tramitam no Poder Judiciário, a partir de discursos moralizantes que reforçam e reafirmam os estereótipos existentes dos papéis de gênero, a cultura sexista e patriarcal, isso impossibilita a efetividade de leis (normativas, jurídicas) que são a favor de proteger a mulher (CARVALHO, 2018; REIS, 2019).

Dessa forma, os resultados apontam para a urgência por parte dos integrantes do Poder Judiciário, principalmente os aplicadores da lei, em conhecer o contexto no qual a vítima está inserida, além de compreender os conceitos de machismo, feminicídio, misoginia, para entenderem que as relações de violência contra as mulheres, mesmo nos casos em que há vínculo parental, elas sofrem agressões e podem ser mortas por questões de gênero, simplesmente por ser mulher.

Quando essas determinantes passam despercebidas ou ignoradas pelo jurídico dão tratamentos corriqueiros (genérico) as mulheres, minimizando a gravidade do crime, o que contribui para legitimar a desigualdade de gênero, a naturalização da opressão e a subordinação da mulher ao homem, como pontuado por Carvalho (2018) “os crimes contra mulheres, em razão de gênero passam invisibilizados no campo jurídico, principalmente quando não se trata da conjugalidade”, em decorrência da naturalização tanto pela sociedade quanto pela área jurídica sobre o que compete a cada sexo. Por isso, Carvalho (2018), Alencar (2019) e Reis (2019), afirmam que conhecer os indicadores de vulnerabilidade da vítima, sua realidade social e realizar prognósticos adequados, algumas mortes poderiam ser evitadas.

Reis (2019) também refere que mesmo diante de normativas jurídicas legais que visam a proteção da mulher, é persistente a leveza ou parcialidade judicial sobre decisões de sentenças relacionadas a agressores que violam direitos imprescindíveis à mulher. O que caracteriza descontinuação da aplicabilidade das

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



medidas criminais e penais, tanto em casos preventivos quanto em casos de homicídios. Tal omissão ou abstenção por parte do Estado, retorna a violência doméstica para o espaço privado das relações, silenciada (CARVALHO, 2018; REIS, 2019).

Para superação da omissão por parte do Estado, ALENCAR (2019, p. 125) propõe,

que a atuação do Poder Judiciário, como um todo, deve voltar-se à não discriminação das mulheres, ressaltando-se a qualificação dos sujeitos envolvidos e a importância do atendimento por equipes multidisciplinares, atentando-se às especificidades desse tipo de violência e com a sensibilidade necessária para compreendê-la.

Além disso, Carvalho (2018) e Alencar (2019) explicam que precisa ocorrer um investimento de formação continuada qualificada para estes atores/profissionais com ênfase multidisciplinar na perspectiva de gênero, criando possibilidades para esses profissionais enfrentarem essa problemática com conhecimento especializado, atrelado a outras políticas públicas, para identificar a estrutura histórica e sociocultural que a mulher está inserida, bem como a estrutura a oprime e subordina.

Mesmo que a Lei Maria da Penha represente uma conquista dos movimentos feministas, que possibilitou a discussão sobre a configuração de uma sociedade culturalmente patriarcal, machista, que defende a desigualdade de gênero, que determina o que compete a cada sexo, Reis (2019) explica que a aplicabilidade/efetividade da Lei nas Varas de Família ou Especializadas enfrentam dificuldades para aplicar medidas protetivas, em decorrência da omissão ou parcialidade existente na área jurídica e manifesta-se especialmente, quando agressores descumpriram medidas protetivas judiciais e não sofrem quaisquer sanções, repercutindo negativamente para proteção da mulher.

Rêgo (2017) expõe que na Vara de Família da Comarca de Imperatriz/MA há uma longa demora de tramitação dos processos/casos que são detectados índices de violência na Vara de Família, o que poderia acirrar a situação, elevando o risco de ocorrer feminicídio. Além disso, considera que não cumpre plenamente seu papel na rede de atendimento à mulher em situação de violência pois na época de realização da pesquisa não constatou nenhuma atuação ao combate a violência contra a mulher, mesmo sendo identificados condição de violência em casos que tramitam.

PROMOÇÃO



APOIO



De forma geral, as dissertações dos PPG da Amazônia destacam que no âmbito do poder judiciário, as dificuldades para a garantia da proteção de mulheres em situação de violência são:

- Debilidade ou ausência de qualificação profissional para o trabalho multidisciplinar com ênfase na perspectiva de gênero;
- Constatação através da análise de conteúdo dos processos jurídicos que o discurso judiciário utilizado por operadores de direito (delegados, promotores, defensores, advogados e juízes) reproduzem os discursos marcados pelos papéis de gênero e estereótipos de gênero da cultura patriarcal, sexista, preconceituosa e discriminatória em relação às mulheres vítimas de violência.
- A demora em conceder medidas de proteção às mulheres, bem como a morosidade de tramitação dos processos;
- Problemas de articulação entre as equipes multidisciplinares que compõem a rede de serviços, especialmente entre as Varas Especializadas e as Varas de Famílias, que resultam na descontinuidade do atendimento às mulheres em situação de violência;
- Fragilidades na coordenação estadual.

2.2 A atuação do Assistente Social no Poder Judiciário

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, que atua nas múltiplas expressões da questão social, na reprodução das relações baseadas em conflito de interesses divergentes entre as classes sociais regida pelo sistema capitalista presente na sociedade. É requisitado para exercer seu exercício profissional principalmente em instituições administradas pelo Estado, sendo este, seu maior empregador, para intervir diante dessas relações conflituosas.

Dessas instituições que constituem espaços sócio-ocupacionais de atuação do Assistente Social, o Poder Judiciário está inserido. E é nesse espaço que a presente pesquisa se debruçou nesta unidade a estudar o trabalho desse profissional na área sociojurídica. Onde é constantemente solicitado a desenvolver sua intervenção através da realização de pareceres sociais, estudo social, laudos, etc, que irão subsidiar juízes/as em processos judiciais decisórios.

As demandas sociojurídicas postas para intervenção do/a Assistente Social são múltiplas, como, mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, ações judicializada relacionadas a famílias que recorrem a guarda judicial, adoção de crianças e adolescentes, na justiça restaurativa, atendimento a demandas do sistema penal, aos internos/as e egressos/as, entre outras. Dependendo da demanda trabalhada os profissionais articulam-se com outras instituições, como, Conselho Tutelar, Secretaria de Assistência Social, Educação, etc, que

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



disponibilizam políticas que possam atuar em conjunto para o atendimento de determinada demanda, o que pode ser chamado de trabalho em rede que assistem esses usuários/as de forma ampliada, na qual o Assistente Social compõe a equipe multidisciplinar ou multiprofissional.

Pode-se constatar que houve avanços sobre atuação do/a Assistente Social nesse espaço sócio-ocupacional, com criação de novos espaços para intervenções voltados à mediação e conciliação. Entretanto, repletos de desafios, além do Judiciário ser um espaço reconhecidamente dos profissionais do Direito, os/as profissionais do Serviço Social são postos/as numa relação de subordinação a eles, sendo evidenciado nas legislações e normativas que concebem o/a Assistente Social como auxiliar da justiça, dos/das magistrados/das, limitando o agir profissional.

Concernente às condições de trabalho, AZEVEDO pontua, de acordo com seus estudos desenvolvidos sobre, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará na Comarca de Marabá-PA, que são relativamente adequadas e dignas, porém é destacado a “ausência e indisponibilidade de uma sala para atendimento privativo das pessoas que demandam seus serviços, atendimento este que frequentemente ocorre por meio de entrevistas e exige sigilo profissional”. (2018, p.164) Para contornar tal situação faz-se necessário improvisar adaptações de espaços que vise garantir atendimento dos usuários com o devido sigilo. No entanto, segundo AZEVEDO essas limitações não comprometem gravemente o atendimento às demandas, mas é necessário que a indisponibilidade citada seja sanada para o/a profissional proporcionar ao/a usuário/a condições dignas de atendimento, resguardando o sigilo.

De forma geral, as dissertações dos PPG da Amazônia destacam que as demandas, instrumentos e técnicas do trabalho de assistentes sociais na área sociojurídica são: demandas, predominantemente oriundas, de ações judicializadas às questões da violência contra as mulheres, inclusive idosas, bem como das crianças e adolescentes, geralmente solicitadas através da realização de estudo social, perícias, laudos e pareceres sociais; além da intervenção profissional individual ou em equipe multidisciplinar. Os instrumentais técnicos mais utilizados são a visita domiciliar e/ou institucional, entrevista, observação.

As principais dificuldades para realização do trabalho profissional de assistentes sociais e que se somam aos obstáculos apresentados no âmbito judiciário: a) reduzido número de assistentes sociais para a ampla demanda regional; b) os operadores de direito possuem uma compreensão reduzida da prática profissional do serviço social na área sociojurídica, que se resumiria a elaboração de estudos sociais para subsidiar as decisões judiciais; c) número diminuto da produção teórica em torno do trabalho de assistentes sociais na área sociojurídica da região, inclusive sobre a atuação junto às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

3 CONCLUSÃO

Estudar a presente problemática no contexto do que está sendo produzido pelos Programas de Pós-graduação da área de avaliação do Serviço Social da Amazônia, é importante e relevante para conhecer como essa demanda se apresenta como matéria de intervenção do Serviço Social nessa região diante do Poder Judiciário e, como ambos se posicionam. Diante dessa expressão da questão social, o papel desenvolvido pelo Poder Judiciário brasileiro enquanto aplicador das leis é extremamente importante, para prevenir esse tipo de violência, garantir a segurança das mulheres que solicitam proteção e punir adequadamente os agressores através dos dispositivos já existentes.

Organizar em segmentos temáticos foi uma estratégia encontrada para sistematizar/discutir conteúdos em comum abordados pelos/as autores/as utilizados/as para esta revisão sistemática, e com o intuito de contribuir para compreensão da problemática proposta trabalhada. Como as próprias seções propõe interligações entre elas, trazendo discussões sobre violência doméstica e familiar, gênero, a relação entre público e privado no tocante ao trato de casos sobre violência contra a mulher, a efetividade da Lei Maria da Penha e atuação do Assistente Social nesta área do poder/saber sociojurídico. São discussões que se interligam, para apreensão crítica dessa expressão da questão social e como ela se expressa, manifesta.

Constatou-se nessa pesquisa que a existência feminina sempre foi subjugada, controlada, oprimida, tanto em vida quanto após a morte, domínio passado de geração a geração, pai, irmão, marido, filhos, chegando a tutela do Estado, representado aqui pelo Poder Judiciário. Quando mencionado que até pós a morte mulheres passam pelo julgamento moralizante isso fica evidente, quando Carvalho (2018, p. 132) menciona:

[...] que os processos, de um modo geral, se constituíram parciais na busca pela reparação do dano penal e criminal causado às mulheres que morreram, pois, a invisibilidade do recorte de gênero dentro dos autos processuais, não retrataram de fato os motivos que ocasionaram esses homicídios, com isso, nas penas relacionadas aos homens gerou penas definitivas que não condizem com a realidade vivenciadas pelas mulheres assassinadas [...].

Ficando notório que nos casos de mortes ainda não há reparação concretas aos danos causados a essas mulheres, através de sentenças definitivas e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



condizentes com o contexto que está inserida e de acordo com o tipo de crime perpetrado.

Assim, segundo REIS, ao mesmo tempo que a referida instituição é dispositivo legal de enfrentamento a violência contra a mulher, é também legitimadora das desigualdades de gênero. Romper esse ciclo posto as mulheres, é necessário e urgente com destinação de recursos financeiros para custear investimentos em políticas públicas de capacitação dos magistrados/as, independente do sexo destes/as e demais servidores da unidade, com ênfase a interseccionalidade entre gênero, raça/etnia e classe social. A inclusão das magistradas nesse processo formativo é essencial, visto que, as decisões proferidas por elas não têm relevantes diferenças das proferidas por homens, o que significa, que mesmo sendo mulher não consegue realizar leituras críticas sobre questões de gênero ao aplicar a lei 11.340/2006.

Este seria um dos meios para romper com esse ciclo de reprodução, rompendo essa intocabilidade das relações privadas, onde as mulheres encontram-se mais vulneráveis e suscetíveis a qualquer tipo de violência e o Poder judiciário efetivando sem parcialidade o que é previsto nas normativas jurídicas em prol da defesa dos direitos das mulheres.

Sobre a atuação do/a Assistente Social no Poder Judiciário, este/a está integrado/a a equipe interdisciplinar com importantes atribuições dentro da instituição. Porém, muitos são os desafios a serem ultrapassados por esses profissionais, exigindo constantemente o uso de sua reflexão crítica. Desafios estes que podem comprometer a prestação de seus serviços. Como por exemplo ausência de políticas públicas universalizantes, voltadas para mulheres vítimas de violência, com redes de apoio que proporcione acompanhamento com profissionais capacitados e retirada das vítimas do convívio com os agressores, que contribua para o rompimento do ciclo de violência.

PROMOÇÃO



APOIO





A presente pesquisa buscou trazer contribuições sobre a problemática apresentada no decorrer de todo esse trabalho, como também a atuação do Serviço Social no Poder Judiciário, através da realização desta revisão sistemática da literatura. Porém, esperava-se que muitos fossem os trabalhos já desenvolvidos sobre os temas, e nos deparamos com outra realidade, com pouca produção teórica sobre o trabalho do/a assistente social na área sociojurídica e sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher na região. No entanto, esse resultado acende um alerta para necessidade de maiores incentivos para produção de pesquisas científicas sobre esses eixos, para superar o silêncio teórico que paira sobre a área sociojurídica.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gabriela S. P. **O poder judiciário e a efetividade da lei maria da penha**: análise da atuação do tribunal de justiça do estado do maranhão nos processos de violência psicológica contra as mulheres durante o período de 2006 a 2017. 2019. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

AZEVEDO, Edevaldo da Luz. **A intervenção profissional do/a assistente social nas demandas sociojurídicas da Comarca de Marabá-PA**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal [...]; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: 8 ago. 2006.

CARDOSO, Lana A. **O trabalho profissional no poder judiciário**: um estudo sobre a instrumentalidade no trabalho do assistente social no TJ/AM. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

CARVALHO, Ana Paula F. **A insustentável leveza da pena**: viver/morrer das mulheres nas relações familiares à luz das práticas jurídicas do estado do

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Amazonas. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

REIS, Luanne S. **Verso e reverso das medidas protetivas de urgência: atuação da vara especial de violência doméstica e familiar contra mulher na Comarca de São Luís/MA, à luz da Lei Maria da Penha**. 2019. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

RÊGO, Maria Zenilda Lira do. **Retratos da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher a partir dos processos atendidos pelo Serviço Social das Varas de Família, no período de 2011 a 2015, no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - Comarca de Imperatriz**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

PROMOÇÃO



APOIO